



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos 10/02/2012, sob a coordenação do Presidente Eduardo Jorge, realizou-se a 26ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 138ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Informe que encontra-se disponível para consulta no CADES, pelo prazo de 45 dias **até o dia 19/03/2012**, o **Estudo de Impacto de Vizinhança (EVA)** da implantação do ramal subterrâneo (RSE) **Juscelino Kubitscheck**, da empresa AES Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo.
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião

Ordem do dia

1. Discussão e Votação do **Parecer Técnico nº. 002/CADES/2010**, da Câmara Técnica Obras Viárias, Drenagem e Transporte **referente ao EIA-RIMA do Prolongamento e Reurbanização da Avenida Jornalista Roberto Marinho** - pela relatora Regina Barros, Diretora do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT.
2. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 138ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Parecer Técnico nº. 002/CADES/2010, da Câmara Técnica Obras Viárias, Drenagem e Transporte referente ao EIA-RIMA do Prolongamento e Reurbanização da Avenida Jornalista Roberto Marinho.



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Secretário Eduardo Jorge: Bom dia. Estamos iniciando a 26ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES. Vamos à pauta. Discussão e votação da Ata da 138ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, vamos ao próximo ponto porque ainda não há quorum. Informe que encontra-se disponível para consulta no CADES, pelo prazo de 45 dias até o dia 19/03/2012, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EVA) da implantação do Ramal Subterrâneo Juscelino Kubitschek, da empresa AES Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Ordem do dia: Discussão e Votação do Parecer Técnico nº. 002/CADES/2010, da Câmara Técnica Obras Viárias, Drenagem e Transporte referente ao EIA-RIMA do Prolongamento e Reurbanização da Avenida Jornalista Roberto Marinho – relatora, Diretora do DECONT, Regina Barros. Esse ponto da Ordem do Dia já vem sendo analisado há muitos meses, tanto pelo CADES como pela Câmara Técnica, foi suspenso após a exposição na reunião anterior. Houve a primeira fase do processo, que foi a exposição do relatório da Câmara Técnica, em seguida entramos na segunda parte que era discussão, e não chegamos na terceira parte, que seria votação da licença ambiental prévia porque houve um pedido regulamentar de vistas ao processo, o que foi concedido. Então vamos voltar ao ponto que nós paramos. Vencida a exposição, vamos voltar ao ponto 2, que é a discussão do parecer da Câmara Técnica para, se possível, chegar ao item 3 que é a votação. A Helena Magozo está sugerindo suspender a votação por mais 10 minutos para atingirmos o quórum, mesmo sendo uma discussão sem votação ainda. Vamos suspender por 10 minutos.

Voltamos à ordem do dia. Aliás, volto ao expediente e coloco em votação a ata da reunião anterior, distribuída anteriormente. Alguma objeção à ata distribuída aos conselheiros? Ponho em votação, peço àqueles que concordam com a redação transcrita da ata fique como estão. **A Ata da 138ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada.** Vamos à Ordem do Dia. Voltando à minha explicação: nós estamos, em um processo do Parecer Técnico nº. 002/CADES/2010, da Câmara Técnica Obras Viárias, Drenagem e Transporte referente ao EIA-RIMA do Prolongamento e Reurbanização da Avenida Jornalista Roberto Marinho, já foi feita a parte 1, que é a exposição, pela Diretora de DECONT, do trabalho da Câmara Técnica, estamos no ponto 2, que é a discussão pelos conselheiros, para depois, se possível, chegar ao ponto 3, que é a votação. Vamos voltar ao ponto que nós interrompemos, com o pedido de vistas que foi feito, regularmente, na última sessão. A Helena pede uma explicação anterior antes de passar a palavra aos conselheiros.

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria só esclarecer a todos sobre a questão do mandato deste Conselho, que está suscitando muitos pedidos de informações e posicionamentos. O que nós fizemos? Nós encaminhamos uma consulta à Secretaria de Negócios Jurídicos e nós temos o posicionamento de SNJ aqui, que pode ser distribuído a todos os conselheiros. O posicionamento da Secretaria de Negócios Jurídicos é que o mandato começa a contar os 2 anos, como previsto na Lei que é o instrumento prevalente, a partir da data da posse. Então, como esse Conselho tomou posse no dia 26 de março de 2010, esse mandato termina no dia 26 de março de 2012, inclusive. Está



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

aqui à disposição o parecer, para os conselheiros que tiverem interessados nesse fundamento. Muito obrigada.

Secretário Eduardo Jorge: Então sigo adiante, passo a coordenação do trabalho para a Helena Magozo para colher as impressões, críticas, questões dos conselheiros, depois serão analisadas pela diretora do DECONT, em nome da Câmara Técnica e do DECONT. Por favor, Helena.

Coordenadora Helena Magozo: Como o secretário tinha anteriormente colocado, nós estamos no segundo ponto de encaminhamento. O relatório da Câmara Técnica foi apresentado, nós tivemos o pedido de vista pela Conselheira Ros Mari. Então está aberto para o posicionamento dos conselheiros. Quem deseja se manifestar? Ferrua, por favor.

Cons. Luiz Ferrua: Gostaria de não eu fazer a manifestação, mas eu gostaria de dar a palavra à Associação dos Moradores do entorno do aeroporto, que tem algumas observações à respeito. Embora eles não sejam conselheiros, eu gostaria que fosse permitido a eles fazerem algumas observações, já que eles são os diretamente afetados por este projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Eles vão se manifestar. Mas vamos só esgotar os conselheiros, e eles se manifestarão, sim, Ferrua. Ros Mari, por favor.

Cons. Ros Mari: Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de reiterar uma preocupação que eu explicitiei na outra reunião. Aliás, tem aqui outros conselheiros da sociedade civil, que eu pediria, depois, que se manifestassem. A Célia Marcondes e Cibele, é isso? Porque eu acho importante que a sociedade civil, aqui, se manifeste, para que o plenário saiba qual é a opinião. Mas eu gostaria de voltar e reiterar um tema, Secretário Eduardo Jorge, que continua me preocupando, à luz da experiência que eu já falei pra vocês que eu havia tido quando da discussão... que aliás foi uma discussão bastante profunda, e o próprio arquiteto Vldir Bartalini da SP Obras acompanhou, sobre a questão da Operação Urbana Água Branca. Os senhores sabem que essas operações urbanas, dependendo inclusive da lei, elas garantem que a população pobre, que vive no perímetro das operações, possa, no futuro, ter uma solução habitacional no próprio perímetro. Nós sabemos que historicamente, isso já é de conhecimento de todos, a gente vive numa cidade não inclusiva, onde a população pobre geralmente é jogada para a periferia, e muito pouco tem a oportunidade de dispor da infraestrutura que o próprio ambiente construído de uma cidade disponibiliza. E como nós estamos falando, ouvindo, sistematicamente, explanações sobre a tal cidade compacta, todo mundo fala em cidade compacta, e eu sempre tenho reiterado aqui, que a compacidade, uma cidade compacta não é uma cidade compacta de concreto. A cidade compacta tem, no seu conceito, a questão da inclusão, da mescla de diferentes faixas de renda vivendo no perímetro urbano. Ou seja, é uma cidade onde ela é inclusiva, é democrática e é onde todos têm melhores oportunidades. E quando ocorreu isso, voltando à questão da Operação Urbana Água Branca, por mais que se tivesse prometido... infelizmente, eu tenho que confessar



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

aqui, eu não acredito em promessas, a gente precisa ficar bastante atento, nós não estamos vivendo uma realidade virtual, a gente tem que se basear em fatos. E o que aconteceu na Operação Água Branca, antes de nós entrarmos nessa luta, a população pobre da região, que era a Favela da Aldeinha, foi literalmente escorraçada daquele perímetro. Não é? Eu entrei depois nessa luta. Eu desconhecia, porque senão eu teria, como representante, me posicionado contra. O pessoal foi literalmente posto fora, em nome de coisas em que todos nós acreditamos. Ninguém é contra recuperar a mata ciliar dos córregos e rios, ninguém é contra fazer parque linear. Eu tenho pra mim que são denominadores comuns, que todo mundo quer, independente de sermos pobres, ricos ou remediados. Só que essa população vive ali, nessas áreas de risco. As áreas são de riscos, sim. E muitas vezes de risco 1. Eu sei porque eu acompanho esses... Mas a gente tem que ter a preocupação de ver qual é o destino desse pessoal. E, inclusive, recuperando, Secretário, alguns dados que eu fui ver, de pessoas que foram desalojadas até, também, de favelas do Butantã, o número de evasão escolar está sendo muito grande. Não é só dar trezentos reais e falar para a pessoa: "*Vai se virar, arruma um lugar para alugar com trezentos reais*". Ou: "*Pague esse dinheirinho para um parente seu ou agregado*". A gente sabe que você desestrutura toda uma vida que havia ali, a evasão é grande. E eu estou muito preocupada com isso. Então o que aconteceu? Preocupada com esse fato e sabendo que eu não acredito em Papai Noel, eu exigi, eu exigi que a outra favela que estava situada no perímetro da Operação Água Branca tivesse um termo de compromisso, era uma favela que tinha que sair, estava na beira de um córrego, área de risco 1, dito pelo IPT, isso ninguém discute. Eu seria totalmente irresponsável se ficasse lutando para que a pessoa permanecesse ali, à beira do córrego. Só que eu tive um trabalho enorme de consultar área jurídica, inclusive o Ministério Público, para me orientar sobre qual é o termo de compromisso que esse povo pobre deve assinar, para que ele tenha, de fato, uma garantia de volta à região onde ele se situava no futuro. E isso foi feito. Não foi fácil, foi uma luta difícil, tivemos que olhar caso a caso, os termos de compromisso demoraram horrores para sair, agora que estão sendo distribuídos. E o termo de compromisso significa o seguinte, que lá está escrito que além dele receber o tal auxílio aluguel, a solução habitacional futura, ele vai ter na própria região onde ele morava. Essa é a cidade compacta. Porque a gente sabe que a lei do mercado não funciona assim. A hora que tirarem aquelas pessoas de lá, automaticamente o preço da terra, isso a área técnica sabe melhor do que ninguém, vai duplicar, quadruplicar, e a garantia de que o pessoal volte é muito pouco provável, e promessas, e coisas que não estejam fundamentadas por escrito, muito pouco se garante. Então, Secretário, eu continuo pedindo, provavelmente, posso até ser um voto vencido aqui no Conselho, mas eu gostaria de deixar registrado em ata, já que a ata, ela é transcrita na íntegra, que nós estamos pedindo, enquanto sociedade civil, que toda população dessa região, que vai ter parte da sua demanda, teoricamente, teoricamente assumida pelo setor privado, que fará grandes obras de túneis ou outras, eu tenho muitas dúvidas quanto a isso, eu não entendi ainda como é o modelo. Infelizmente, olhei lá nos processos, mas não consegui entender. Parte vai ser atendido por um convênio da Prefeitura com a CDHU, terrenos ainda estão sendo desapropriados. Essa coisa não é tão



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

certa e objetiva quanto se quer apresentar. Então eu gostaria de finalizar pedindo, eu acho que é uma obrigação minha estar fazendo isso, que se encontre um mecanismo de incluir nos termos de compromissos assinados por essas famílias que vão ser desalojadas da área a segurança jurídica de que possam, futuramente, voltar ao mesmo local. Então eu gostaria de pedir isso, inclusive acho até que o próprio Ministério Público deveria fazer um termo de ajuste de conduta. É uma pena que os promotores não estejam aqui, para garantir que essa volta de fato se dê. Era essa a contribuição que eu queria fazer. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: Conselheira Yara. Por favor, Yara.

Secretário Eduardo Jorge: Helena, só um minuto. Tem uma pessoa aqui, da Secretaria de Habitação representando o Secretário, ele quer comentar sobre esse aspecto, mas depois, quando os vários conselheiros fizerem as suas observações. Vocês vão responder junto com a Regina. Mas vamos primeiro, passar aos conselheiros.

Coordenadora Helena Magozo: Por favor, Yara.

Cons. Yara Toledo: Também solicito do Senhor Secretário ouvir as reivindicações da associação do entorno do aeroporto, para com que os conselheiros possam ter o seu voto consciente hoje. Reiterando também a fala de outros conselheiros...

Coordenadora Helena Magozo: Você está apoiando a cessão da palavra pelo Luiz?

Cons. Yara Toledo: Exatamente. Apoiando a cessão da palavra.

Coordenadora Helena Magozo: Está bom. Perfeito. Mais algum conselheiro quer se manifestar? Abel, por favor.

Cons. Antônio Abel: Eu também apoio a proposta da conselheira.

Coordenadora Helena Magozo: Mais algum posicionamento dos conselheiros? Então, agora, nós vamos passar para o pedido de cessão de manifestação. Na ordem, eu vou pedir para o Ferrua que vai ceder a palavra solicitada, e depois nós vamos dar a palavra solicitada pelo secretário para a Secretaria da Habitação.

Cons. Luiz Ferrua: Então eu vou passar a palavra à associação do entorno do aeroporto, que vai fazer alguns esclarecimentos que eles desejam colocar. Por favor.

José Orlando: Bom dia. Meu nome é José Orlando, eu sou engenheiro, represento a Associação dos Moradores do Aeroporto. Mais uma vez estamos aqui tentando explicar o seguinte: nós não somos contra a obra, nós não somos contra a criação das habitações de interesse social, nós não somos contra a criação do parque. Nós somos contra o trajeto proposto pelo túnel. As habitações de interesse social são uma premissa da lei. A Lei de 2001 já previa que toda população carente fosse beneficiada. A Lei de 2001, apesar de nós termos um vereador aqui, ela não impunha limites e nem porcentagens.



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Ela dizia que toda população iria ser... não é afetada. Toda população carente teria direito. A Lei, a nova Lei estabelece apenas quatro mil moradias com um convênio com a CDHU. Já falando do convênio da CDHU rapidamente, o convênio da CDHU foi assinado, ele foi mostrado no processo... Vou voltar uma coisa, hoje nós vamos discutir um parecer técnico que está encartado em um processo de licenciamento ambiental que é a Resolução CONAMA 9, e a número 237 obriga qualquer Prefeitura a fazer, para se construir áreas a partir de quarenta mil metros de construção. Não é necessário licenciamento ambiental para HIS e não é necessário licenciamento ambiental para parque. Certo? O problema é o túnel, porque o túnel tem cento e trinta e cinco mil metros de área construída, então para o túnel é necessário o licenciamento ambiental. A Prefeitura colocou tudo num balaio só, por quê? Porque é uma maneira de empurrar o túnel dizendo que vai se atender a população carente. É uma trava. Certo? Para vocês terem uma ideia, a nova Lei, que foi aprovada em julho de 2011, graças aos nossos 9 vereadores, ela diz em quatro mil habitações de interesse social. Só quatro. São oito mil famílias. Teoricamente as outras quatro mil têm um convênio com a CDHU. Aí, durante dois anos a Prefeitura fala: "*Vamos mostrar o convênio*". Eles mostraram o convênio. Eles encartaram o convênio no processo de licenciamento ambiental. O convênio foi assinado... espera aí. O convênio foi assinado no dia 30/06/2010 com prazo de validade a partir do dia 23/11/2009. Prestem atenção. Foi assinado no dia 30/06/2010 com prazo de validade a partir do dia 23/11/2009. Com o prazo de dois anos, prorrogáveis. Mas ele já venceu. Ele já venceu. Está na folha 4005 do processo de licenciamento ambiental. Então esse convênio da CDHU teoricamente, apesar dele poder ser prorrogado, ele pode ser cancelado também, a qualquer momento. Principalmente com essa briga política que existe. Certo? A CDHU não está conseguindo fazer nem casinha que fica de pé... Em Cerqueira César fizeram 105 casinhas e caíram. Imagina fazer quatro mil aqui em São Paulo? Tudo bem. Vamos para outro ponto. Um dos requisitos era que o CONDEPHAAT apresentasse autorização, CONDEPHAAT, não é CONPRESP. Até hoje eles não conseguiram autorização do CONDEPHAAT. Por quê? Porque um dos postos de ventilação, estão próximos a um terreiro tombado pelo Patrimônio Público do Estado de São Paulo. Certo? Até hoje também não conseguiram. Outro ponto do EIA-RIMA diz que o túnel vai passar debaixo do pátio do metrô. Existe uma carta de oito linhas dizendo que se o túnel não afetar as fundações do pátio de manobras, tudo bem. Não tem resposta do nosso departamento técnico. Outra coisa interessante, o processo está com quatro mil páginas, eu gostaria de saber se algum dos conselheiros viu o processo, a não ser a dona Ros Mari? Nenhum dos senhores viram. Algum dos senhores viram o detalhamento do túnel? Alguém viu? Também duvido que não. Algum dos senhores... O detalhamento do túnel está custando para a Prefeitura do Município de São Paulo trinta e cinco milhões de reais. Só o detalhamento do túnel. E o detalhamento do parque está custando vinte dois milhões de reais. Eles foram assinados em janeiro de 2010, nós estamos em fevereiro de 2012, e até agora o detalhamento do parque não foi apresentado. Pelo menos não está no processo de licenciamento ambiental. Existem algumas fotos através do Google Maps, aquela coisa toda, sobreposição, mas não tem o detalhamento. Então eu queria perguntar para os senhores o seguinte: como é que a



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

gente vai aprovar uma coisa, primeiro, que vocês não viram, segundo, que não tem o detalhamento. Isso é só princípio da minha fala. Outra coisa, consultando os autos 15 dias atrás, nós descobrimos mais uma coisa que eu não tinha atentado, existe uma câmara técnica, a câmara técnica procedeu o parecer com 61 itens de irregularidades a serem sanadas, certo? A câmara técnica se reúne no dia que eles se acordam e não tem ata da reunião. Não tem o que foi discutido na câmara técnica. E aí, isso deveria estar encartado no processo de licenciamento ambiental. Eu estive lá na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, questionei isso, mas infelizmente não obtive resposta. Outra coisa, o nosso executivo está tentando empurrar... porque isso é uma... esse Conselho é oriundo de obrigações das Resoluções CONAMA, do Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade é que permitiu as operações urbanas, e o Estatuto da Cidade que cobra que tem um Conselho gerindo tudo isso, um Conselho de Meio Ambiente e um Conselho Gestor. Certo? Eu queria que vocês colocassem a mão na consciência, vocês já votaram alguns licenciamentos ambientais, o que é um licenciamento ambiental prévio? Todos sabem o que é? Bem, o licenciamento ambiental prévio, teoricamente, ele deveria ter colocado diretrizes ou o óbices da obra. Certo? Travas para serem feitas. Logo após o licenciamento ambiental prévio vem uma coisa chamada licença de instalação, LI. Vocês já votaram alguns licenciamentos ambientais. O senhor não sabe o que é? Bem, aí, o que acontece? Então, após o cumprimento do licenciamento ambiental prévio vem a licença de instalação, certo? O que acontece? Vocês votam, aqui, o licenciamento ambiental e, depois, a licença de instalação vocês votam? Alguém votou até hoje alguma licença de instalação aqui? Não. A licença de instalação é mais importante do que o licenciamento ambiental prévio. Por quê? Porque se não forem cumpridas todas as exigências do licenciamento ambiental, ela não pode ter LI, só que o nosso executivo... vocês votaram o licenciamento ambiental da Marginal Tietê, não votaram? Até hoje a LI está irregular. Até hoje, passado quase quatro anos. Vocês votaram o licenciamento ambiental do monotrilho Linha Ouro 17, questão de 4 meses atrás. Não é? O Metrô está questionando o voto de vocês. O Metrô está questionando o voto de vocês. Então eu vou perguntar para os senhores: para que serve o voto de vocês para o licenciamento ambiental? É só para cumprir tabela? Gente, o que eu estou pedindo é o seguinte, como o senhor Della Manna falou numa reunião que eu estive há 15 dias, nós temos que ser mais proativos. Nós temos que saber, a partir do momento que vocês votam, o que foi feito com o voto de vocês? Porque simplesmente vir aqui e votar um parecer técnico, que tem 61 itens de irregularidades, que foram apontadas no dia 10 de agosto de 2010, ou seja, há exatos um ano e meio, há 18 meses atrás, e que até hoje a Prefeitura não cumpriu nenhum deles, por que nesses 18 meses a Prefeitura não cumpriu alguns desses 61 itens? Hoje a gente estaria votando só 40, 35, 2. Por que ela não cumpriu? Porque ela não vai cumprir. A licença ambiental prévia que foi dada em 2003, chama-se licença ambiental previa número 17, ela foi dada para o início da Água Espraiada, aquela ponte. São 14 itens e 32 subitens, sabe quantos itens foram cumpridos passados 8... 8 não, desculpa, 9 anos? Apenas 4. Apenas 4. Da licença ambiental previa número 17, dada no dia 18 ou 20 de dezembro de 2003, até hoje só foram cumpridos 4 itens. Quer dizer, para que serve? É um engodo. Os secretários perdem tempo, a gente



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

perde tempo, fica nervoso, para quê? Para ser enganado? É isso... Eu vou acabar de falar, agora, por favor. Porque... Ele me deu a palavra, a dona Rose, ele me dá também. Por favor. Obrigado. Então, gente é isso que eu queria que vocês raciocinassem. Voltando, vou repetir, eu repito isso em toda audiência: nós não somos contra as HIS. Dona Elisabete França foi convidada pelo nosso Secretário, com um outro advogado para meter o pau no procurador, e aí vocês... ela fez uma exposição muito boa dos terrenos que já tem, isso é uma coisa líquida e certa. Então eu quero deixar claro para vocês o seguinte, a habitação de interesse social, a Prefeitura tinha que fazer as oito mil, não quatro mil. Ela tinha que fazer todas. E outra, como a senhora está falando, ela já deveria estar pronta. A LAP número 17/2003 obrigava a Prefeitura a fazer um parque de trinta mil metros, a Prefeitura foi lá e comprou o Parque do Chuvisco, o Parque do Chuvisco está lá. O Parque do Chuvisco é há dois quarteirões da minha casa, está lá parado. E a Prefeitura tem dinheiro em caixa, do CEPAC. Nada foi feito. Eu não entendo como que a Prefeitura tem dinheiro carimbado e nada foi feito. Hoje, se vocês derem a licença ambiental, vocês vão estar dando a licença ambiental também para as alterações da Água Espraiada, porque está embutido nessa bagunça. Ninguém viu o projeto de alteração da Água Espraiada, do trecho que já está construído. Ninguém viu. Ninguém viu até hoje. A não ser alguns técnicos da SP Obras. Então é esse tipo de coisa, para que esse desespero se as coisas não estão corretas, elas não estão transparentes? Então vamos lá. Primeiro, gostaria de deixar claro que existiu, houve uma alteração, a lei que originou a Operação Urbana Água Espraiada era a 13.260/2001, e ela foi alterada pela lei 15.416/2011, certo? Devido a alteração, automaticamente, deveria ocorrer uma nova audiência pública, certo? Aí a Secretaria do Verde e Meio Ambiente chamou uma audiência pública, o edital foi publicado no dia 22/09, prestem atenção, por favor, que isso é importante, eu falei isso na audiência pública. O edital foi publicado no dia 22/09, a audiência pública foi no dia 13/10, vinte e dois dias de diferença. Só que a Resolução CONAMA é taxativa no parágrafo 1 e no paragrafo 2... Ah, desculpa, artigo 2, parágrafo 1º: "*O órgão do meio ambiente, a partir da data do recebimento, fixará em edital e anunciará pela imprensa local a abertura do prazo, que será de no mínimo 45 dias*", de no mínimo 45 dias. A audiêncianão estava dentro do prazo. Além do que, o som era absurdamente incompatível com o local, não foi uma coisa normal, aos parâmetros normais de uma audiência pública. Segundo ponto que eu tenho falado muito, apesar da promulgação da nova lei, o túnel continua 78% fora do perímetro, por quê? Vamos lá, a operação qualquer operação urbana, em qualquer lugar do Brasil, tem que ter um perímetro definido pela lei. A lei tem que explicitar: rua tal, vira na rua tal. A lei é assim que é obrigar. Isso está no Estatuto da Cidade. E a nossa lei cumpriu isso. Só que o nosso túnel, o novo túnel está fora 78% da área da operação urbana. Os nossos técnicos levantaram isso, mas, sabe, eu não sei, fazer uma pergunta, assim, que a SP Obras responde 8 vezes a mesma coisa e acaba não respondendo nada, encarta 600 páginas de documentos que já são repetidas, eu acho que é tentar brincar com o raciocínio da gente. Outra coisa que eu queria deixar claro é o seguinte, a obra hoje, isso é dados da própria Prefeitura, também vou ler, a obra hoje: Prolongamento das vias locais, vias locais, hoje já existe a Água Espraiada, vão ter algumas marginaizinhas, quinhentos e



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

vinte sete milhões. Prolongamento do túnel, só o túnel, um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões de reais. Via Parque, a Via Parque é aquela via que os nossos técnicos estão falando que é só local, que é uma via em volta do parque, setecentos e cinquenta milhões de reais. Para fazer quatro mil casas, trezentos e oitenta milhões de reais. Para o Metrô, duzentos milhões de reais. Para o Parque do Chuvisco que está desapropriado há dois anos e está lá abandonado, dezoito milhões de reais. Total estimado para obra, se ela começasse hoje... só que esse valor aqui, gente, é referente a janeiro de 2009, tem uma pequena correção que as construtoras gostam de colocar, quatro bilhões e setenta e dois milhões de reais. Isso daqui é um documento oficial. Quatro bilhões e setenta e dois milhões de reais. Sabe quanto que a Prefeitura tem hoje em caixa? Quatrocentos e vinte milhões de reais. Está faltando só três bilhões e setecentos. Então, o que eu falo? Nós temos um vereador aqui, ele pode falar da onde vai sair os outros três bilhões e setecentos. Adivinhem? Adivinhem? Do Papai Noel. Então, o que eu estou falando? Por que a Prefeitura não faz, como eu falei para alguns conselheiros? Primeiro, façam as habitações de interesse social. A Prefeitura tem dinheiro para fazer quatro mil residências, exatamente quatro mil residências. Ela não vai conseguir fazer todas. Mas se ela fizer as quatro mil residências e conseguir que a CDHU faça as outras quatro mil residências, que eu duvido, que eu duvido, aí ela não precisa, vejam bem o que eu vou falar, ela não precisa pagar aluguel social para ninguém, porque as residências são fora do parque. Elas são fora do parque. Então se ela fizer as oito mil, ou nove mil, ou quatro mil, ou cinco mil moradias, ela vai estar fazendo as moradias fora do parque. Ao se fazer as moradias fora do parque, ela não precisa mexer com a comunidade carente, que está lá sentada no barraco. Quando a moradia ficar pronta, ela fala assim: "*Seu apartamento ficou pronto. Vai para lá*". Vai para lá, mete o trator no barraco do cara. Entendeu? Não precisa pagar aluguel social. Não precisa desalojar nenhuma família. Aí, quando ela fizer isso com o dinheiro que tem em caixa, ela vai, faz o parque.

Secretário Eduardo Jorge: Alô, amigo, por favor...

José Orlando: Eu tenho mais dois ainda.

Secretário Eduardo Jorge: Não, não. Você já está quase 20 minutos falando. Agora vamos passar para os conselheiros.

José Orlando: Eu vou acabar de falar. Eu vou acabar de falar.

Secretário Eduardo Jorge: Por favor. Os conselheiros vão...

José Orlando: Quem vai me dar a palavra?

Secretário Eduardo Jorge: Por favor.

José Orlando: Eu quero acabar de falar.

Secretário Eduardo Jorge: Não, o senhor já tem 20 minutos. O senhor tem mais 5 minutos. O senhor tem mais 5 minutos para terminar a sua intervenção.



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

José Orlando: Deixa eu continuar. Então é isso que eu estava falando, se fizerem as habitações, faz-se o parque. O problema do túnel é que o túnel é completamente fora do parque, tanto a boca de entrada, como a boca de saída, como os poços de ventilação. Eles não precisam fazer o túnel agora. Certo? Para quem está há 50 anos morando lá, sem túnel, mais 5, mais 2, não vai fazer diferença. Certo? Agora, como o doutor Eduardo Jorge falou já em 3 reuniões, que ele fala que nós, o nosso movimento está obstando o desenvolvimento de São Paulo. Desculpa, gente... Desculpa, eu acho um absurdo, porque se a Prefeitura quisesse fazer direito, ela já tinha feito. Ela só está sendo atrapalhada devido aos próprios erros dela. Então isso é o que eu gostaria de falar. Então, só para completar, para ver se eu consigo falar em 5 minutos, já falei da revolução, uma outra coisa, como engenheiro eu não entendo, se vocês forem fazer uma obra na casa de vocês, vocês chamam um assistente social para dar parecer técnico? Eu acho que o nosso corpo técnico, apesar de ser maravilhoso, ter bastante gente com capacidade, poderia ter, pelo menos, algumas outras pessoas no grupo técnico, para poder embasar um pouco mais e não fazer um parecer dizendo que não houve nenhuma modificação entre a lei de 2001 e a de 2011. Eu acho que é um acinte, 4 pessoas assinarem um documento dizendo que não viram nenhuma irregularidade. As irregularidades são tão gritantes, tão gritantes, que fica um desejo de revolta. Porque não é possível técnicos escreverem isso e, ainda por cima, assinarem. Outra coisa, o nosso túnel também está fora do plano regional estratégico do Jabaquara e do plano diretor da cidade de São Paulo, só para vocês saberem. O EIA-RIMA apresentado, que já foi manipulado em mais de 1800 páginas, ele tem tantas discrepâncias que em um trecho dele, ele fala que o total de moradias a serem desapropriadas são 1434, e aí ele vai anexando o levantamento feito pela SP Obras. Se somar o levantamento da SP Obras dá 1800. Quer dizer, acho que nem conta de mais eles sabem fazer. Os documentos estão aqui, estes documentos que eu estou falando estão no licenciamento ambiental, infelizmente os técnicos não viram isso. Outra coisa que eu gostaria de reiterar, eu gostaria de ver as atas das câmaras técnicas, porque isso deveria estar encartado no licenciamento ambiental, e elas não estão. Espera aí que eu vou pegar o papel. E por fim, eu queria dizer o seguinte, nós entramos com um mandado de segurança questionando ... nós tínhamos um mandado de segurança... nós temos, na realidade, 4 ações, 5 ações hoje, 2 ações diretas de inconstitucionalidade, questionando a maneira que a lei foi alterada. Nós temos uma ação civil pública questionando justamente isso que eu acabei de falar para vocês, e agora nós temos um mandado de segurança questionando a audiência pública. O que eu tenho a propor para vocês, votem, se vocês quiserem votar, se vocês tiverem consciência tranquila para votar esse projeto, votem a licença parcial prévia, a licença parcial. Deixando muito claro o quê? A partir de amanhã cedo pode começar a fazer as habitações de interesse social, e assim que acabarem o parque, e vamos analisar um pouco mais detalhadamente este túnel. É o que eu tenho para pedir para vocês. Eu acho como eu falei exatamente há um ano e meio atrás, nesse mesmo lugar, não eram as mesmas pessoas, mas eu falei: gente, vocês são... alguns são funcionários de carreira, alguns são comissionados, ponham a mão na consciência. Se fossem as casas de vocês, pensem o que seriam. Outra coisa, ninguém aqui está



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

obstando o desenvolvimento de São Paulo. O problema é que a Prefeitura não tem capacidade de trabalhar. A Prefeitura não tem capacidade de trabalhar. Porque o dinheiro está lá, em caixa. Se ela quisesse, ela já tinha feito as obras necessárias, não feito Ponte Estaiada. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Agora eu vou passar a palavra para o Luiz Henrique Girardi, que é da SEHAB, que vai fazer uma exposição da programação habitacional para a região.

Luiz Henrique: Bom dia. Meu nome é Luiz, eu sou Diretor da Divisão Regional HAB-Sudeste, que acompanha e faz o trabalho social nesta operação urbana aí, em parceria com a SP Obras, SP Urbanismo. Eu só queria aproveitar o questionamento que houve, para poder até esclarecer a questão que foi levantada aí. Assim, todo o trabalho que está sendo desenvolvido com as comunidades, que visa, entre outras coisas, a participação, o acompanhamento, a transparência, isso tem um caráter especial... Eu acho que nós vamos ter talvez, aqui, que ninguém consegue falar, como sempre. Posso continuar? Por favor. Então eu estou representando a Elisabete França, que é Secretária Adjunta de Habitação. Mas eu posso e vou dar o meu depoimento aqui enquanto técnico. E eu trabalho com a comunidade, eu gosto do trabalho que eu pratico, e eu posso dizer, tudo e todos, o que se almeja aqui, nesta sala, e até enquanto os conselheiros, eu, como cidadão também, represento uma parte dessa opinião, e todo o nosso trabalho é voltado para isso. Então, só para esclarecer, ainda que existam restrições, ainda que nem tudo é completamente resolvido a todo momento, a gente está sempre colocando para a comunidade, perdoe-me aqui da maneira talvez até simplista que eu estou colocando isso, que nós estamos num processo de evolução. Isso aqui, que está acontecendo hoje, é uma evolução, uma evolução da nossa sociedade, da democracia e tudo que tem com relação a isso. Então, antes de mais nada, todo o trabalho que está sendo desenvolvido junto à comunidade, que começou desde 2009, como estava falando agora, que tem esse caráter, essa diretriz. E nós, enquanto técnicos, também nos incluímos nisso, vem trazendo isso junto com a comunidade. Todos os terrenos que a gente tem hoje, vou passar rapidamente aqui, isso é um mapa da operação urbana que envolve o perímetro, envolve o parque e os terrenos que hoje estão sendo desenvolvidos projetos, enfim, para que a gente conclua esse objetivo de atender a população que será afetada pelas obras da operação urbana, dentro do perímetro da operação urbana. Eu vou passar rapidamente. Isso é o que a gente tem lá. Existe um trabalho social que eu falei para vocês, que já vem desde 2009, a gente já tem um cadastro. Eu não vou, aqui, ficar me delongando nisso. Existe um cadastro que aponta quem efetivamente mora lá, quantos são os domicílios, qual é a situação social das famílias. A previsão da demanda que existe lá, que hoje, só para lembrar aqui, eu acho que isso é relevante, são 7000 aproximadamente, esse número não é exatamente isso, seis mil e alguma coisa, sete mil cadastros identificados. Só que nós temos já, não pela operação urbana, mas para garantir que aqueles que já moravam lá há 30 anos e que por um motivo ou outro, desde 2008, tiveram que deixar a sua moradia por conta de risco, em situações lá, em ações da subprefeitura, ou por incêndio, enfim, situações que não estavam na vontade



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

dele, nós estamos atendendo as famílias, justamente para tentar garantir que eles possam ser atendidos dentro da operação urbana. Esse trabalho já vem desde de 2009. Como foi dito aqui, hoje, existe em contrato, já, 4 unidades previstas, e o estágio que se encontra a coisa toda é conseguir fazer os projetos para viabilizar a construção das obras. Como foi dito aqui também, hoje, é claro, isso, o HIS não depende do licenciamento ambiental. E as últimas informações dentro dessa evolução que nós estamos falando, dos nossos colegas de SP Obras, é que já foi, inclusive, dado ordem de início para a construção de HIS. Então isso é muito gratificante para a gente, que está desde 2009, antes, aguardando essa situação. Então hoje nós temos um cenário. E como se falou também, quatro mil unidades, outras seis mil unidades que estão dentro de um convênio com CDHU, já que a obra atende apenas quatro mil unidades. Eu vou só passar aqui também, porque assim, desde o início... existem pessoas aqui da comunidade, mas nós, enquanto técnicos, que acompanhamos essa operação, o tempo todo se trabalha com o descrédito. Mas nada melhor do que a gente estar falando hoje daquilo que está acontecendo. Certo? Então isso um dia, realmente, foi um projeto, uma iniciativa, não está nem na minha área de atuação, mas faz parte da operação. Essas são fotos de ontem, das obras, aqui, no caso do Jardim Edite, Estevão Baião, Gutemberg. E aqui, do Corruíras. Dos terrenos de HIS que foram prospectados e estão em andamento, a desapropriação que hoje está, digamos assim, na esfera jurídica para o término e andamento da desapropriação, para emissão, a posse, hoje foram, digamos assim, agrupados em duas fases. Num primeiro momento, para atender essas quatro mil. Isso aqui é o último estudo que a gente tem aqui. E o restante das áreas já decretadas com novos terrenos que estão em processos de decreto. Ou até mesmo áreas remanescentes do parque, ou mesmo de favelas que sofrerão intervenção por estarem próximos à terrenos. A situação mais usual é que você tem um terreno, e que tem uma construção, e a área está do lado, então ela também está sendo englobada. Ou seja, não só aquelas áreas diretamente lá, mas tudo que foi possível englobar dentro desse empreendimento, nós estamos fazendo. Então hoje a gente já tem, dentro dessas áreas prospectadas, que continuam sendo prospectadas novas áreas, dentro da operação urbana, repito porque isso é muito importante, dentro do perímetro, não tem nenhuma área fora do perímetro, como foi colocado aqui, sete mil e seiscentas unidades é a disponibilidade hoje. Daquela primeira fase que eu falei ali, até outro dias nós estávamos falando em números estimativos, esses números aqui, agora, já são números fornecidos, eu vou mostrar mais adiante, já de estudo preliminar, vai praticamente na fase de anteprojeto, dessas áreas que hoje estão em processo de análise, em APROV. Então isso daqui são números que podem sofrer um pequeno ajuste, mas já são números de projeto, não são números estimativos como eram antes. E a segunda fase, sim, são números estimativos. Então aqui, só um exemplo, são 4 lotes das obras que estão atrelados a 4 lotes de projetos. Aqui, existem basicamente 8 tipologias de projetos, alguns escritórios estão participando do trabalho. E aqui, a gente já tem, digamos assim, o que seria o desenho, o anteprojeto, estudo preliminar, na implantação dessas áreas. Eu vou só passar aqui, para a gente... Isso aqui é importante, eu posso dar aqui um depoimento para vocês pensando em outra coisa, nós, recentemente,



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

fizemos um enorme plano, nos últimos dois anos, que se chama Plano Municipal de Habitação, justamente para garantir as intervenções pela cidade em todas as áreas de assentamentos irregulares. Dentro do plano nós conseguimos agregar, também, outras áreas dentro do perímetro da operação urbana, que com certeza ainda aumenta muito essa intervenção. Com certeza, eu posso dizer que a operação urbana, ainda que existam divergências pelo caminho, hoje ela representa uma ferramenta de trabalho, dentro desse aspecto (incompreensível), pelo menos na questão habitacional, muito importante. Então queria dizer para vocês conselheiros, dentro disso tudo que a gente fez, e eu, como técnico, posso dizer que essa contribuição que envolve uma articulação de vários setores do poder público, voltada para uma área específica, esse conglomerado de áreas de assentamentos irregulares, como a gente chama, enfim, as áreas de ocupação irregular que podem ter vários caráter. Desculpe Secretário, eu vou tentar terminar rapidamente.

Secretário Eduardo Jorge: O senhor tem 5 minutos.

Luiz Henrique: Ok. Então isso está possibilitando hoje, a gente ganhou dentro do plano, pelo menos, uns 10 anos, se fossemos contar simplesmente com os investimentos. E não é só recurso financeiro, isso envolve outras secretarias. Então vem representar um progresso, que eu peço a Deus que seja utilizado muito mais daqui para frente. Veja bem, ninguém aqui é contra e não existe nenhum conflito de segmento da sociedade. Nós estamos falando talvez, aqui, da importância, relevância deste tipo de ferramenta. Eu estou defendendo a questão habitacional nessa situação. Esclarecendo também, todas as pessoas que hoje estão recebendo um auxílio, o foram, não pela operação urbana, como eu expliquei inicialmente. E, sim, tentando garantir que elas realmente sejam atendidas, para que não haja nenhuma discrepância daquele que morou lá 30 anos e teve que sair por um percalço qualquer. Percalço que eu digo pode ser um incêndio e uma remoção por risco.

Secretário Eduardo Jorge: Siga na sua fala. Não vai ter diálogo, neste momento da apresentação...

Luiz Henrique: Ok. Então hoje essas pessoas recebem um termo de compromisso, e quando a gente tem obra vinculada, ela é vinculada, escrito. Existe um termo que a Secretaria fornece, primeiro, porque se muda governo, tal, quem está em auxílio, ele tem a segurança jurídica, isso foi discutido, foi apresentado inclusive para a Defensoria Pública, para assegurar às pessoas que independente da mudança de governo, elas têm assegurado a continuidade do auxílio. E quando a gente tem obra vinculada, ele vai mais além, trata do atendimento definitivo, até a obra ficar pronta e onde ficará. E no caso, aqui, é dentro do perímetro. Então esse termo existe, está aqui, estou garantido para todos aqui, se alguém tiver, por questões do cronograma da obra, ter que sair antes da unidade ficar pronta, que hoje já está colocado aqui, já não é a primeira vez, a determinação, enfim, a ordem de implantação, é, primeiro, unidade habitacional. Que eu repito aqui, pelos colegas de SP Obras, já tem até ordem de início. Só para a gente



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

deixar claro, que se existe toda essa discussão polemica, também ela é muito importante do ponto de vista habitacional.

Secretário Eduardo Jorge: Voltamos aos conselheiros. Agora só conselheiros que queiram fazer mais alguma observação antes de eu dar a palavra para a doutora Regina. Então vamos anotar, por favor, conselheiro, a Rose... Vamos encerrar as inscrições dos conselheiros, para poder passar a palavra para a doutora Regina. Mais algum conselheiro quer se inscrever? Mais alguém? Vamos encerrar as inscrições dos conselheiros, para poder passar a palavra para a diretora do DECONT. Nós vamos nos ater agora, até agora não houve controle do tempo, mais 5 minutos para cada conselheiro. Por favor.

Cons. Antônio Abel: Meu nome é Abel, eu sou da Leste 2. Já deu para a gente entender esse processo todo que a gente vem acompanhando com os companheiros. Eu, no meu ver, eu sou a favor que seja pedida a licença ambiental prévia apenas para habitação de interesse social e para o TAC. Essa é a minha opinião. Abel.

Cons. José Carlos: Bom dia a todos. José Carlos Andersen, da Secretaria Municipal de Transportes e Presidente da Câmara Técnica que analisou esse processo de EIA-RIMA. Eu queria só fazer alguns esclarecimentos com relação ao que foi dito aqui. A primeira questão é com relação às atas das câmaras técnicas. Essa é uma reivindicação recente. Quando começaram a aparecer esses questionamentos, contatou-se que não há esta previsão regimental se constatou que não existe uma obrigatoriedade de formalização de atas, nem mesmo outros detalhamentos que estão sendo reivindicados, estão solicitando que se filme, se grave em áudio e vídeo as reuniões da câmara técnica. Os membros de cada Câmara Técnica definem a dinâmica que lhe dê melhores condições de processo de trabalho, análise e posicionamento. Contam com o DECONT para apoiá-los na análise dos EIA-RIMAs. Qual a função das câmaras técnicas? Na verdade, é dar subsídios ao CADES com aprofundamento de análise dos relatórios para sua deliberação. Qualquer membro do Conselho do CADES pode se inscrever nas câmaras técnicas, e a função é aprofundar, dar subsidiar e possibilitar uma análise do Conselho geral. O trabalho é feito conjuntamente com o DECONT, se esmiúça todas as informações pertinentes, e de produto, o que é elaborado. A câmara técnica com apoio do DECONT elabora o seu relatório, e depois se converge num relatório final, que é como esse que está sendo apresentado aqui. Se elabora relações, solicitações e questionamentos aos empreendedores, e os empreendedores, depois, respondem quanto a isso. Dependendo da qualidade, da quantidade das informações, essas informações são transformadas em exigências, ou não, dependendo da satisfação que esse grupo tenha com as respostas. Outra coisa que foi citada aqui, é que ninguém conhece o detalhamento dos túneis, das obras. É claro que não. Porque, na verdade, o processo que nós estamos desenvolvendo aqui é o processo de licenciamento ambiental prévio. Ou seja, se este, ou quaisquer outros empreendimentos, tem condição, tem sustentabilidade ambiental para serem tocados para frente. Então nós estamos em um processo de planejamento. E após isso, antes de receber a licença ambiental de implantação, é que são desenvolvidos os projetos executivos, e aí, sim, em satisfazendo



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

todas as exigências é que o empreendedor tem condição de iniciar as obras. Só para informação dos senhores, como eu trabalho na CET, na área de planejamento de trânsito e transportes, os detalhamentos do sistema viário estão agora, no momento, sendo discutidos com o empreendedor. Então nós estamos discutindo os detalhamentos, como é que esses projetos se inserem no sistema viário existente, os emboques, desemboques, arruamentos, ruas que fecham, ruas que abrem, necessidade de sinalização. Então esse esmiuçamento de todo esse detalhamento viário que está sendo feito. Então o projeto executivo está sendo desenvolvido em conjunto com a CET e outros setores da municipalidade. E essa é a prática que se faz normalmente. Outra questão que foi colocada aqui também, é que esse projeto, essa concepção viária não se encontra no plano estratégico. Na verdade, ele consta, faz parte do sistema viário estratégico, é o sistema de anéis para viabilizar a mobilidade futura da cidade. Consta no anexo 2 do plano diretor estratégico, que está sendo avaliado, desenvolvido na Câmara Municipal de Transportes. Quem quiser mais informações, essas informações podem ser dadas também. Mas está perfeitamente colocado nisso. E não causa nenhum estranhamento essa diretriz viária para esse local, porque na verdade, só informando que, historicamente, esse eixo da Avenida Água Espraiada chegando até à Imigrantes é o primeiro estudo, é a primeira diretriz viária da Prefeitura da década de 1960, que possibilitaria a consolidação de um grande anel viário para a cidade. A Avenida Bandeirantes, por exemplo, passou na frente disso, mas isso era para ser o primeiro anel do plano de Prestes Maia. Então era isso. Obrigado.

Cons. Ros Mari: Eu vou aproveitar a oportunidade, eu não posso deixar nesse momento de expressar, senhor Andersen, que as reuniões da câmara técnica não são tão bonitas, conforme o senhor está explicitando. Eu participo. Então eu falo de cátedra. E acho que é bom que isso seja dito, porque a sociedade civil, pelo fato dessas reuniões se darem em horário de expediente, ela tem muito pouca possibilidade de participar. É raríssimo. Por quê? Porque a sociedade civil trabalha. E, inclusive, nós estamos reivindicando nessa conferência que vai haver sobre controle social, e eu gostaria de pedir a todos os colegas que se empenhassem nisso, que na conferência de controle social, nós consigamos levar uma bandeira que é a de quê, quando a sociedade civil participar desses conselhos aqui, mesmo de câmaras técnicas, o responsável, o secretário e o aparelho de estado deem um atestado para que o empregador saiba que essa participação está se dando de fato, para que isso possa ser viabilizado. Caso contrário, não é tão bonito assim. A hegemonia de participação na câmara técnica do aparelho de estado, raríssimos são os casos em que tem representação da sociedade civil, eu me considero uma exceção à regra, não sou regra. É exceção à regra. E, portanto, isso é uma coisa fundamental. E segundo, as atas são imprescindíveis, imprescindíveis. É na câmara técnica que as alternativas tecnológicas são discutidas, onde elas são propostas, onde os pressupostos se explicitam, e isso tem que estar escrito, lidos pelos componentes da câmara técnica e publicizado. Tem que fazer parte dos processos e tem que estar disponibilizado, para que a sociedade, a população saiba o que eu, Ros Mari, fui defender lá. Bem, e não é tão assim, que a gente faz uma análise



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

críteriosa para ver a sustentabilidade ambiental, não é bem assim. Não vamos vender gato por lebre. Eu acho que a gente precisa ver aonde estão os gargalos, resolvê-los, e lutar para que a gente, realmente, faça um trabalho técnico, digno do nome. Segundo, eu gostaria de reiterar a questão da segurança jurídica, e digo ao colega com todo respeito técnico de SEHAB, que eu não estou preocupada que o terreno esteja no perímetro da operação. Não é isso, não é isso. O que eu estou pedindo é que a população, as oito mil famílias que de lá vão ser tiradas por conta de ser considerada uma área de risco 1, sujeita à inundação, e que é corretíssimo que saía, ninguém é contra isso, jamais alguém vai defender perigo de morte para as pessoas, que ela tenha segurança jurídica no termo de compromisso, que ela voltará para o local aonde ela se encontrava. Ainda que vivendo em um barraco, ainda que estando em condições de vida totalmente insatisfatórias, ela tem toda uma rede de vida ali. Ela tem escola para os filhos, ela vive daquela rede de relações sociais. E eu estou indo procurar, estou sabendo que está tendo evasão, e evasão grande, escolar por conta disso. Portanto, eu quero saber o termo de compromisso escrito e peço que conste em ata, que ele me seja fornecido, porque eu acho que é obrigatório que se publicize o cadastro das famílias e se publicize esse termo jurídico, para que eles, de fato, saibam que têm em mãos um documento que lhes permite voltar ao seu local de origem. Isso é como uma escritura de terra para nós, de classe média. Eu tenho a escritura do meu apartamento. Segurança jurídica é segurança jurídica. Palavras o vento leva. Então eu reitero essa necessidade e quero que conste em ata. Por outro lado, me parece, também, que... eu volto a insistir naquilo que eu venho colocando sempre, quando você dá uma licença ambiental prévia e faz quinhentas mil exigências, e isso nós estamos vivendo aqui, em outros casos, a que ter um mecanismo, eu não sei qual, não pensei ainda para poder propor, em que o Conselho aqui, monitore o cumprimento dessas exigências. Olha, sinceramente, eu digo isso como técnica, digo isso como cidadã. Todos os senhores são técnicos, como eu. É um absurdo e é totalmente inadequado de nossa parte votar uma coisa que, no caso do aeroporto tinha 80 exigências, em outro tinha 70 exigências, e nós, sequer, discutimos aqui um esquema, uma metodologia de monitoramento para ver se essas coisas são cumpridas. Se nessa operação urbana, finalizando, há dois anos atrás, quando ela parou porque teve que mudar a lei, essas exigências já estavam lá contempladas e não se cumpriu nenhuma. Em dois anos. Eu não sou da população, eu não moro na favela e nem tenho a minha casa para ser desapropriada, mas para mim é inimaginável tecnicamente, dois anos se passarem e um monte de exigências lá, que poderiam ter sido resolvidas tecnicamente, que não dependia de outras questões, não foram. Então, para mim, é inadmissível que se vote uma coisa capenga desse jeito, sempre na esperança de que no futuro a coisa se resolva. Nós estamos em ano de eleição. Nós não sabemos quem vai estar aqui na Prefeitura o ano que vem. Essas coisas precisam estar garantidas, porque ao fim e ao cabo quem sofre é o usuário, é o consumidor final, é a população. Portanto, eu voto contra.

Cons. Yara Toledo: Bom dia a todos. Yara da Macro Região Sul. Venho aqui pedir ao senhor Secretário a atenção, conforme as reivindicações dessa sociedade do entorno do



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

aeroporto, a viabilidade de uma licença parcial versus a LAP. Por quê? Considerando o túnel proposto, conforme o documento aqui entregue pela associação, não está inserido nas diretrizes do plano regional estratégico, da Sub Jabaquara, e nem no plano diretor estratégico, e outras irregularidades, conforme expõe o documento entregue em janeiro de 2012. Bom, me preocupa muito, sim. Há 61 exigências a serem cumpridas pela EMURB, principalmente as exigências mais preocupantes: 12, 13, 14, 15, 16, 17. E as condicionantes para a solicitação da licença ambiental prévia sistêmica, sim, a uma licença ambiental de instalação. Louvo a câmara técnica, sim, pelo levantamento e as exigências levantadas. Vou ler apenas um item levantado pela câmara técnica: *"Apresentar a manifestação técnica do Grupo Técnico de Áreas Contaminadas (GTAC), da Divisão Técnica de Licenciamento Ambiental (DECONT-2), quanto à situação ambiental dos seguintes imóveis localizados no emboque e desemboque do túnel e complementos viários; alças de acesso; poços de ventilação do túnel; toda a área delimitada pelo Parque Linear, que será desapropriada; bem como os locais destinados às Habitações de Interesse Social para o reassentamento da população afetada. A consulta deverá ser feita por meio de Ofício contendo a relação de todos os imóveis supracitados, incluindo o número do contribuinte (setor, quadra e lote) e endereços completos, com os respectivos codlog, para a correta identificação das áreas com potencial, suspeitas ou comprovadamente contaminadas, cadastradas nos bancos de dados da Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP (Boletim de Dados Técnicos - BDT) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB (Sistema de Informações de Fontes de Poluição - SIPOL)".* Gente, é preocupante, nenhuma delas. Querendo, já, concluir, pelos princípios ambientais da precaução, da previsibilidade e do equilíbrio, reiterando a solicitação de uma licença parcial na causa em questão, por esse motivo, eu sou contra sim, hoje, a aprovação.

Cons. Giovanni Palermo: Bom dia a todos. Creio que a minha fala vai enfatizar o que o colega Zelão, aqui da Prefeitura, que é especialista em transportes colocou. Ressaltando os colegas o seguinte aspecto, o que estamos votando hoje? Estamos avaliando as compensações ambientais do empreendimento a nível de projeto. As 65 exigências, todas elas mencionadas pelos vários palestrantes em alguns pontos, abordam todos esses aspectos. Então foram apontados problemas relativos ao CONDEPHAAT, ao Metrô, problemas de contaminações, todas elas muito bem descritas nas 61 exigências. Então o relatório está bem completo, o qual faço questão de parabenizar todos os envolvidos. É importante ressaltar, se me permite, o que estamos votando hoje, que são as exigências que devem nortear o projeto sob o ponto de vista ambiental. O empreendimento, ele é, pela primeira vez, um conjunto que envolve a parte viária, a parte habitacional e a parte de parque ambiental de melhoria da regia. Como podemos separar fazendo primeiro as moradias, ou fazer primeiro o parque, sem garantir a acessibilidade adequada? Vamos ter o quê? Uma confusão. Já temos esse problema e lutamos diariamente para levar a capacidade viária, a capacidade de mobilidade, de acessibilidade, antes, antes. Tanto é que as operações urbanas, com todos os seus problemas e virtudes, e defeitos então, hoje se exige que as compensações sejam feitas de forma antecipada. Então eu preciso garantir, também, a acessibilidade, só por uma questão de lógica. Só por uma questão de lógica.



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

(fala sem microfone)

Cons. Giovanni Palermo: Não, de todo... todas aquelas vias perimetrais ao longo do parque linear. Mas me permita, eu não queria fazer um debate separado. Veja, o que estamos votando hoje são as necessidades que o projeto deve ser complementado, de modo a ser ambientalmente equilibrado. É isso que estamos avaliando. E as 61 exigências que de maneira bem mais amplas, incorporaram todas as observações colocadas. Muito bem. Obrigado.

Cons. Maurício: Bom dia a todos os conselheiros. Me causou uma preocupação quando o SEHAB informou que a ordem de início para obras habitacionais, eu queria só um esclarecimento: se essas obras são referentes a essa operação?

Coordenadora Helena Magozo: Eles explicaram que é a questão...

Cons. Maurício: Não, é desta operação a ordem de início? Então quando se está colocando de se votar a licença para habitações, eu acho que não tem mais sentido porque já estão iniciando as obras. Se há a ordem de início, já estão sendo... Então essa opção que foi colocada, acho que já ficou inválida, o Abel citou, não é? A gente vai votar o quê? Então temos que ir para outra, para o geral. Porque já que está em obras, certo? Só isso.

Cons. Rose Inojosa: É uma observação, porque frequentemente parece, por algumas falas, que a gente não faz parte da sociedade civil quem é servidor, técnico ou quem está passando pelo governo, qualquer governo, em algum momento. É importante deixar claro que somos todos cidadãos, fazemos parte da sociedade civil. E acho que todos nós temos interesse na comunidade igualmente, merecemos igualmente respeito.

Coordenadora Helena Magozo: Já estão esgotadas as inscrições.

Secretário Eduardo Jorge: Desculpe, já encerramos a discussão. Agora vamos à fala, antes da votação, do DECONT. Por favor.

Cons. Regina Luisa: Bom dia. Eu vou tentar responder as questões que eu anotei aqui. Algumas o José Carlos já falou, sobre a questão de ata. No início, na primeira reunião das câmaras técnicas é votado um regimento interno, de como ela vai trabalhar, conduzir os trabalhos. Com relação à publicidade do EIA-RIMA, existe uma obrigação na Resolução 69 do CADES de que assim que é protocolado qualquer estudo ambiental, seja EIA-RIMA, EVA, o empreendedor publica em jornais de grande circulação, ele é obrigado. Então a publicidade se dá no ato do protocolamento do pedido. Ele publica e o órgão público, o órgão ambiental também faz essa publicação. Isso está no processo. Isso para qualquer estudo, mesmo para aqueles EVAs que são analisados por aqui. Com relação ao reassentamento da população, está previsto na lei da operação, até na primeira lei já estava previsto, mesmo essa lei que fez algumas alterações não alterou isso, que a população atingida pelas obras associadas à operação deverão ser



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

reassentadas no perímetro da operação. Isso está escrito na lei da operação. De modo que eu acho assim, essa discussão de que a Prefeitura não vai cumprir a lei, é complicado a gente dizer. Entretanto, na exigência 29, nós colocamos uma exigência que diz: A Licença Ambiental de Instalação deverá contemplar o empreendimento como um todo, ou seja, Parque, o Túnel, não sendo admitida a hipótese de emissão de LAI específica para cada intervenção, à medida que a Lei da Operação Urbana, nos Artigos 3º e 4º, vincula as intervenções na área do empreendimento ao reassentamento da população afetada. O plano de reassentamento que foi apresentado,já prevê isso também. Então é esse comentário que eu quero fazer. Com relação ao detalhamento dos projetos, o José Carlos já comentou o que acontece? Nessa fase de licenciamento, de licença prévia, não é solicitado detalhamento de projeto, porque ele não tem licenciamento prévio ainda. Agora, com relação ao papel da câmara técnica e essa questão do licenciamento. Então ouvimos muito falar de licenciamento, não vamos licenciar, vamos licenciar. O doutor Calheiros está aqui, ele me corrija ou explica melhor para os conselheiros. O que eu aprendi com os procuradores em 30 anos trabalhando na área de controle urbano é que o único que tem autoridade para licenciar, seja qualquer licença, alvará, é o poder público. Esse Conselho aqui não licencia, ele não é autoridade para emitir licença, nem votar licença e nem aprovar ou não aprovar licença. A competência do Conselho (o que diz a lei). A lei diz que no caso das licenças ambientais o órgão ambiental só poderá emitir licenças ambientais se o estudo de impacto tiver sido aprovado pelo Conselho de Meio Ambiente. Dai a lei dizer que o município para poder emitir licença ambiental, precisa ter Conselho e precisa ter equipe multidisciplinar para poder analisar. O que está sendo aprovado aqui não é a licença. O que está sendo aprovado aqui é o estudo, é a viabilidade deste empreendimento, ou não. No caso o DECONT entende que esse empreendimento, pela análise de estudo, o empreendimento é viável do ponto de vista ambiental, desde que atendidas essas condicionantes que foram impostas aqui. E o que são essas condicionantes? O que é o conjunto de exigências ambientais? Ela não é uma punição ao empreendedor. Não é isso. Ela é o quê? Cada exigência é uma medida de controle ambiental que é estabelecida pelo órgão ambiental, pelo poder público, que cabe a ele acompanhar o cumprimento dessas exigências. Tanto que a licença ambiental (está escrito na política ambiental) .é um instrumento de gestão ambiental. Ela não é como uma licença de um alvará, que você dá a licença e eu digo: *pode ou não pode fazer a obra*. Ela é um instrumento de gestão. E ao órgão ambiental, cabe ao órgão de controle ambiental acompanhar o cumprimento das exigências e fazer a gestão ao longo do tempo. As licenças ambientais só são emitidas para empreendimento de significativo impacto. Empreendimentos que muitas vezes, como esse que vai levar 20 anos aí, até que essa operação se desenvolva, ou os caminhos que ela vai tomar... A Operação Urbana Água Branca mostrou o que aconteceu, se pensava em uma coisa e a operação caminhou para um outro lado. E cabe ao órgão ambiental fazer a gestão disso e o acompanhamento. O que acontece? Essa questão do desespero é assim, nós estamos desde 2001 na frente da diretoria de licenciamento ambiental na SVMA, então nós nunca vivemos, a área técnica, um processo de análise, de discussão, de audiência pública, como com esse



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

empreendimento. Nós estamos desde agosto de 2009, a equipe técnica recebeu esse EIA-RIMA e nós estamos analisando, participando de audiências, emitindo pareceres, fazendo relatórios, fazendo vistorias. Então assim, nós entendemos que não dá para falar em desespero para aprovação. Nós estamos desde 2009 nessa discussão. O que acontece na legislação, se o Conselho aprovar o estudo, aprovar, o órgão ambiental poderá emitir a licença. Se o Conselho não aprova o empreendimento, o órgão ambiental fica impedido de emitir a licença. Mas quem licencia é o poder público, não é este Conselho. Agora, com relação ao acompanhamento, a obrigação do acompanhamento dessas medidas de controle ambiental é do órgão ambiental. Isso é obrigação de fazer. E o processo administrativo é público, esse acompanhamento é feito por meio de relatórios, que são trocados com o empreendedor, estão todos disponíveis nos processos. Qualquer cidadão pode requerer e tirar cópia, pedir vista do relatório, do acompanhamento. Isso é documento público. Está tudo no processo. Não acompanha a sociedade só se não puder. Tem acesso livre a sociedade para acompanhar isso. Então o que acontece? Para o DECONT, a gente já esgotou essa discussão. Para o DECONT, o empreendimento não é inviável do ponto de vista ambiental. Ele é viável, desde que adotadas essas medidas. E essa licença é uma licença prévia para que ele atenda essas exigências, para que ele possa vir a solicitar uma licença de instalação. Então nós não temos realmente projeto agora. Não há que se falar nisso. Para nós essa discussão já se esgotou. E nós temos condição de votar. De 2009 para 2012, eu acho que nós tivemos muito tempo para discutir, tivemos audiências públicas, quando houve uma mudança na lei, nós fizemos outra audiência pública para discutir o empreendimento. Então é isso, doutor Eduardo, eu acho que temos condições de votar.

Secretário Eduardo Jorge: Bom, então vamos entrar agora na fase de votação. O que vai ser votado é o parecer preparado pela câmara técnica e acompanhado pelo DECONT, que foi apresentado para vocês. Então quem for favorável a este parecer aqui apresentado, por favor, levante a mão.

Quem for contrário, por favor, levante a mão.

Quem se abstém? Duas abstenções. Então está aprovado o parecer. O parecer está aprovado. Muito obrigado a todos os conselheiros. Mais alguma coisa?

Coordenadora Helena Magozo: Então os conselheiros que votaram contra o empreendimento, por favor, levantem a mão.

Secretário Eduardo Jorge: Espera um pouco. A Helena quer registrar os votos.

Coordenadora Helena Magozo: Por favor, abstenções...

Secretário Eduardo Jorge: Vamos ver os contras, já marcaram?



ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Coordenadora Helena Magozo: Abstenções: Yara e Francisco. Contra: Ros Mari, Abel, Luiz Ferrua e a Cristina. Abstenção: Yara e Francisco. É isso? Os demais conselheiros votaram a favor, temos a relação de presença.

Secretário Eduardo Jorge: Está bem. Muito obrigado, está encerrada a sessão.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
e Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável - CADES

Conselheiros Presentes:

ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA
ARUNTHO SAVASTANO NETO
CARLOS ROBERTO FORTNER
CINTHIA MASUMOTO
CLAUDIO DE CAMPOS
E. EMIRENE NOGUEIRA
FRANCISCO J. CALHEIROS R. FERREIRA
FELIPE DE ANDRÉA GOMES
GILBERTO TANOS NATALINI
GIOVANNI PALERMO
HAROLDO DE BARROS FERREIRA PINTO
JOSÉ CARLOS ANDERSEN
LUIZ FERRUA
MARCO ANTONIO BARBIERI

MARCOS MOLITERNO
MARIA CRISTINA DE O. REALI ESPOSITO
MARIA JOSÉ RIBEIRO DEVESA DA SILVA
MAURÍCIO GUILHERME SIMÃO
OLGA MARIA SOARES E GROSS
PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL
PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
REGINA LUISA F. DE BARROS
ROSE MARIE INOJOSA
ROSÉLIA MIKIE IKEDA
ROS MARI ZENHA
SUELI RODRIGUES
WALTER PIRES
YARA TOLEDO

Conselheiros com justificativa de ausência:

ÂNGELO IERVOLINO / EDUARDO STOROPOLI / GEORGE DOI

Conselheiros Suplentes presentes:

BEATRIZ ELVIRA FÁBREGUES / CRISTINA ANTUNES / EDUARDO DELLA MANNA / MARIA
ANGÉLICA TRAVOLO POPOUCHI / MARINA MERUSSI NEIVA / MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA
CAMPOS / MILTON TADEU MOTTA

Coordenadora Geral:

Helena Maria de Campos Magozo